
PROTESTOS NA VENEZUELA E A BUSCA DO DIÁLOGO

EDUARDO BIACCHI GOMES¹

LUÍS ALEXANDRE CARTA WINTER²

AMÉLIA SAMPAIO ROSSI³



¹ Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estudos realizados na Universidade de Barcelona e professor universitário.

² Doutor em Direito pelo PROLAM (USP) e pesquisador universitário

³ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná e pesquisadora universitária.

1. Introdução

Desde o começo do ano de 2014, a República Bolivariana da Venezuela vive a sua primeira crise política e institucional da era pós Hugo Chaves, tendo em vista a dificuldade de seu sucessor – Nicolás Maduro - em buscar a tão prometida estabilidade política, econômica e social naquele país.

As naturais dificuldades, encontradas por Nicolás Maduro, decorrem da natural falta de carisma do atual Presidente, que diferentemente do mito Hugo Chávez não possui a mesma oratória e articulação política e a necessidade de se promover o devido diálogo com a oposição.

Não obstante as ondas de protestos que ocorrem naquele país, o que se verifica é uma classe média insatisfeita com a situação econômica e social existente na Venezuela, ante a falta de produtos básicos e de primeira necessidade, assim como o controle estatal exercido sobre a mídia.

Por outro lado, não se pode olvidar que com a ascensão de Hugo Chávez ao poder no ano de 1998, com a promessa de governar para os pobres, dentro dos discursos populistas dos líderes latino-americanos.

Dentro de seu governo, efetivamente, houve avanços sociais naquele país e que possibilitou a melhor distribuição de renda e o acesso aos produtos de primeira necessidade e bens de consumo aos pobres.

Com base no sucesso de seu projeto do bolivarianismo, Hugo Chavez passou a empreender inúmeras reformas sociais e constitucionais, sempre referendadas pelos eleitores.

Do ponto de vista formal, constata-se que o processo democrático na Venezuela é observado e não cabe a nós (juristas que não vivenciamos o dia a dia naquele país) questionarmos de forma direta a condução das políticas venezuelanas, tendo-se como base os nossos valores democráticos.

Concretamente, o que se constata nos dias de hoje é a existência de uma sociedade extremamente dividida. De um lado a classe média, insatisfeita com as políticas sociais de Nicolás Maduro, de outro lado a classe mais baixa e que apóia o governo venezuelano, tendo em vista a melhora nas condições de vida e que refletiram no acesso aos bens e gêneros de primeira necessidade.

A comunidade internacional, especialmente a América do Sul, assiste a tudo preocupada, com receio de que a instabilidade política possa acarretar na ruptura do governo de Nicolás Maduro possa causar uma séria crise política, é o que o presente artigo pretende examinar.

2. Ascensão política de Hugo Chávez ao poder e a sua sucessão:

Cumprir destacar, inicialmente que a América Latina é uma região pródiga e conflituosa, quicá resultante dos movimentos colonialistas oriundos dos países ibéricos ou da própria cultura dos seus povos, baseada em valores extremamente nacionalistas, na busca incansável da construção de uma identidade comum.

Nesta linha de raciocínio, que a América Latina, ainda que tenha sido colonizada por países ibéricos, os Estados que aqui surgiram ainda buscam uma autoafirmação econômica, social e cultural, de forma a resgatar e a cultura originária dos respectivos povos e nações.

Decorre daí o surgimento de determinados movimentos indígenas interessantes, como na Bolívia e no Equador.

Concretamente na questão da Venezuela, importante retratar o quadro político e econômico venezuelano no final da década de 80:

Em 4 de dezembro de 1988, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez, com a consagradora marca de 56,4% dos votos válidos. Mais do que ninguém, o líder da *adeco* personalizava a prosperidade petroleira da década anterior e a situação de crescimento econômico, altos níveis de emprego e melhoria constante no padrão de vida da população. Ainda na memória de todos o lema de seu primeiro mandato: Democracia com energia (...) No entanto, a situação, do ponto de vista das contas públicas, era para lá de preocupante, quando o novo presidente toma posse, em 2 de fevereiro do ano seguinte. Com o fruto da queda acentuada dos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos anteriores, as reservas do Banco Central que no ano de 1985 alcançavam US\$ 13,75 bilhões, despencaram para US\$ 6,67 bilhões no final da gestão de Jaime Lusinschi. A inflação alcançava a 40,3% ao ano e o desemprego alcançava dois dígitos e o salário real havia despencado. Uma fuga de capitais completava o quadro.⁴

Portanto, desde a década de 80 a Venezuela passou a atravessar uma séria crise econômica e social, resultante das políticas neoliberais que passaram a ser adotadas dentro dos Estados latino-americanos e da própria influência do capital estrangeiro.

Era o momento da globalização econômica, resultante da onda neoliberal e da aproximação dos mercados, o que acabou por gerar uma concentração maior de riquezas e uma desigualdade social muito grande.

Importante lembrar que a ascensão de Hugo Chávez ao poder, figura emblemática e carismática, ocorreu através das elites, vez que sua origem era militar, aproveitando-se da falta de apoio popular dos governantes e do grande protesto ocorrido no ano de 1991, denominado de Caracazo.⁵

Após tentativas de golpes militares e prisões políticas, Hugo Chávez assumo o poder em data de 11 de dezembro do ano de 1998, com o Estado e a economia em crise, ideal propício para implementar as reformas prometidas e que ensejaram a criação do chamado bolivarianismo chavista.⁶

⁴ Gilberto Maringoni. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 69.

⁵ Gilberto Maringoni. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 91.

⁶ Gilberto Maringoni. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 113 a 121.

No ano de 2002, Hugo Chávez sofre um golpe de Estado e retorna ao poder com o apoio popular e passou a adotar as tão questionadas reformas constitucionais para a construção do socialismo do Século XXI.

Quando se analisa a existência de um Estado democrático de direito dentro da Venezuela, vale a pena destacar que “De fato, na eleição presidencial venezuelana, o duelo entre candidatos representou o confronto de oposições tão distante quanto inconciliáveis. (...) Como aspectos positivos, houve a participação de 81% do eleitorado, com voto não obrigatório, mas com índices superiores às eleições presidenciais americanas ou francesas. Se a vitória chavista foi incontestada, com 11% a mais de votos, cerca de 16 milhão deles, a grande conquista do processo eleitoral foi a reconstrução do diálogo com a oposição e o clima de convívio democrático urbano e civil. (...)”⁷

Todavia, o projeto do emblemático líder venezuelano sofreu um duro golpe com o seu falecimento, em data de 05 de março do ano de 2013. Novas eleições ocorreram na Venezuela e o pleito foi vencido pelo sucessor natural de Hugo Chávez, Nicolás Maduro, que venceu o pleito por pequena margem de votos.

Como é natural em qualquer processo de sucessão eleitoral, em que o sucessor procura personificar aquele que é sucedido e quando o primeiro não consta com o verdadeiro carisma, o seu governo não conta com a devida legitimidade e apoio popular.

No caso específico de Nicolás Maduro, o que se verifica é que o atual Presidente da República, não herdou o carisma de Hugo Chávez e procura governar com base nos ideais de seu antecessor. Entretanto, o país encontra-se dividido, o que gera protestos e a própria ingovernabilidade.

A democracia é um conceito construído a partir do mundo ocidental e, em cada sociedade podemos encontrar variantes. Ela resulta de um constante processo de luta e de diálogo das classes sociais e políticas.

3.Onda de Protestos na Venezuela e a construção do consenso: o direito legítimo ao protesto

No caso venezuelano, além da ausência de carisma e o poder aglutinador de Nicolás Maduro dentro das classes mais altas, as suas políticas de governo, tendo em vista o processo inflacionário e a falta dos produtos básicos de primeira necessidade passam a ser questionadas nas elites.

De outro lado, inquestionavelmente dentro das classes mais baixas, Nicolás Maduro conta com o apoio popular, vez que ele representa – nada mais nada menos – do que o sucessor do socialismo do Século XXI.

⁷ FONTOURA, Jorge. Os cenários do chavismo sem Chávez. **Correio Braziliense**. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/1/10/os-cenarios-do-chavismo-sem-chavez>>.. Acesso em 13/03/2014.

Inobstante as reformas políticas, sociais e econômicas, promovidas pelo governo de Hugo Chávez, o que se constata atualmente é que o governo de Nicolás Maduro encontra-se em crise e necessita, urgentemente do apoio popular para se manter.

A onda de protestos que se verifica na Venezuela nada mais representa o embate político e social daqueles cidadãos que são simpatizantes, ou não, com o Socialismo do Século XXI.

Não é novidade que nos últimos anos a onda de protestos tem aumentado dentro dos Estados. Os protestos se traduzem em movimentos da população, inconformada com determinadas condutas adotadas pelos governantes, se mobiliza com o intuito de buscar mudanças.

Dentre as mais variadas causas e motivações, como o Ocupe Wall Street, Movimento dos Indignados, Movimentos da Primavera árabe ou mesmo a onda de protestos verificada no Brasil no ano de 2013, as manifestações populares ocorrem nos casos em que existe uma clara insatisfação em relação aos governantes.

No caso venezuelano, a onda de protestos aponta para a existência de uma fissura na sociedade venezuelana, em que a situação torna-se insustentável, vez que a oposição não reconhece a situação como um governo legítimo, porque entende que este não tem o apoio popular e, de outro lado, a própria situação procura se utilizar de meios democráticos e antidemocráticos, com o intuito de buscar a sua manutenção no poder.

Torna-se importante buscar a resposta a um questionamento: qual é o papel da comunidade internacional nos protestos que ocorrem na Venezuela.

De início, cumpre observar que dentro da Venezuela existe uma ordem constitucional e um governo legítimo. Assim, qualquer alternância no poder, que não seja resultante do processo democrático – diga-se de passagem, através da realização de eleições - será ilegítimo.

Assim, neste ponto de vista, correto é o posicionamento dos Estados integrantes do MERCOSUL e da UNASUL em apoiar o atual governo legitimamente constituído. Trata-se da reafirmação do clássico princípio de direito internacional da não ingerência dos Estados em assuntos de domínio reservado de outros.

É possível afirmar, conforme GARGARELLA⁸, que um dos direitos mais básicos, atinentes à própria origem do constitucionalismo, é justamente o direito de resistência. Desde o desenvolvimento inicial do movimento constitucional e a consequente adoção de regimes democráticos, fora consenso compreender-se que o governo legítimo é aquele baseado na chancela do voto majoritário de escolha de seus representantes, mas também baseado na ideia de que a função do governo é proteger os direitos invioláveis da pessoa.

Assim, se o governo não cumprisse as suas obrigações primárias, logo surgiria o direito de resistência para tentar por fim a uma persistente situação de violação. É

⁸ GARGARELLA, Roberto. **El derecho a resistir el derecho**. Miño y Dávila editores: Buenos Aires, 2005,p.11.

possível se depreender esta premissa, inclusive por meio da leitura dos principais contratualistas do século XVII e XVIII, como o próprio Hobbes e também John Locke. Este direito consta da Declaração da Independência Norte Americana, bem como da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão na França de 1789.

O constitucionalismo atual, no entanto, não o prevê mais expressamente nos Textos constitucionais, na maioria das vezes. Houve portanto uma perda do lugar privilegiado daquele direito nos Textos atuais o que não significa que o direito de resistência não possa ser invocado e utilizado baseado no próprio princípio democrático em combinação com os princípios da igualdade e da dignidade humanas.

É um pressuposto ético e da própria ideia de justiça a possibilidade de resistência a opressão quando ocorre a exclusão de parte da população aos benefícios do direito e ao direito. As manifestações populares aparecem atualmente, não como uma ato de resistência ao direito, mas antes como um ato de invocação do cumprimento concreto das leis e da Constituição para todos. Não cumprir a Constituição como documento que emancipa por meio da realização de todos os direitos nela consagrados, é sem dúvida, um imenso ato de violação. Resistir, não ao direito, mas a quem viola o próprio direito por ação ou principalmente por omissão, tem sido o conteúdo da maioria destes protestos populares que insistem, em última análise, no próprio cumprimento das Constituições.

No caso em si, são os Estados integrantes da UNASUL e do MERCOSUL, apoiarem o respectivo governo venezuelano, de forma a tentar promover, através das vias diplomáticas o diálogo entre a situação e a oposição, de forma a buscar a construção de um diálogo comum.

4. Considerações Finais

Em qualquer processo democrático a construção do diálogo é essencial e extremamente importante, como forma de se buscar a estabilidade das instituições dentro do Estado democrático de direito.

No caso da República Bolivariana da Venezuela, verifica-se que as políticas adotadas dentro do chamado novo socialismo do Século XXI, parecem estar perdendo eco em virtude da falta de produtos básicos e de primeira necessidade.

Todavia, não podemos nos olvidar que no caso específico, a própria sociedade venezuelana encontra-se extremamente dividida, em relação ao apoio a Nicolás Maduro.

Nicolás Maduro, antigo vice-presidente de Hugo Chavez, é um político jovem e representa as classes mais baixas, tendo em vista a sua origem humilde. Resta saber se haverá habilidade, por parte do Chefe de Estado e que foi eleito democraticamente, em promover o consenso e buscar uma solução pacífica para a Venezuela.

Trata-se de um processo de amadurecimento dentro da sociedade venezuelana e, caso haja o consenso e a preservação das instituições democráticas, inquestionavelmente a sociedade daquele país poderá nos brindar com uma bela

**EDUARDO BIACCHI GOMES, LUÍS ALEXANDRE CARTA
WINTER E AMÉLIA SAMPAIO ROSSI**

lição de democracia, através da qual em uma sociedade totalmente desigual e dividida, o diálogo e o consenso entre interesses políticos antagônicos, ainda é possível.